

ESTABILIZAÇÃO

Governo usa dívida para desindexar economia

CARLOS FRANCO

BRASÍLIA — O alongamento e a troca da dívida pública interna pela externa são instrumentos dos quais a equipe econômica está fazendo uso para conduzir o processo de desindexação, impor-

tante etapa do processo de estabilização da economia. É também a fase mais delicada, em função do "arraigamento da cultura da indexação na economia", conforme análise repetida com frequência pelo atual presidente do Banco Central e futuro ministro da Fazenda, Pedro Malan.

A primeira medida com o objetivo de estimular a troca de títulos públicos internos por externos teve início com a liberação, pós-real, para que instituições financeiras e fundos de pensão pudessem aplicar recursos no Exterior, em fundos que teriam como lastro os títulos da dívida ex-

terna. A convivência do investidor com essa taxa, de mais longo prazo, foi o primeiro passo para a criação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que faz uso de títulos externos em seu cálculo, mesmo que por meio de um mix destes com outros da dívida interna.

Outro passo será a emissão dos global bonus, no valor inicial de R\$ 2 bilhões e destinados à troca de dívida interna por externa. Na próxima terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deve votar o parecer do relator desse projeto, Espiridião Amim (PPR/SC), favorável

ao lançamento. Pela manhã, essa mesma comissão vai sabatar Pêrsio Arida, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e já indicado para presidir o Banco Central no futuro governo Fernando Henrique Cardoso.

Emissão de Notas do Tesouro é outro instrumento

Titulos têm prazo de 15 anos e são trocados por ações vendidas a dinheiro no mercado

BRASÍLIA — A emissão de Notas do Tesouro Nacional da série P (NTN-P) é outro instrumento que a equipe econômica está usando para estabilizar a economia e caminhar na direção da desindexação. Esses títulos, com prazo de 15 anos e que podem ser usados por estatais para quitar dívidas entre si e com a União, são trocados por ações vendidas a dinheiro no mercado. Os recursos ingressam no Fundo Social de Emergência (FSE), facilitam a execução orçamentária e impedem que o Tesouro emita títulos de curto prazo para obter recursos.

A cada ação vendida é emitida uma NTN-P em favor das empresas públicas que a depositarem no Fundo Nacional de Desestatização (FND), conforme determina o governo. A partir do próximo ano, o governo vai emitir NTN-P em troca de ações de estatais que excederem ao controle previsto em lei. O dinheiro arrecadado com essa venda de papéis será depositado no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária.